

Os abutres têm fome

16 ABR 2015

CORREIO BRAZILIENSE

» PAULO PAIM
Senador (PT/RS)

CORREIO BRAZILIENSE

Desde o início da década passada, vem sendo gestado no Congresso Nacional processo para acabar com os direitos trabalhistas e previdenciários da nossa gente. A primeira tentativa foi em 2001, com o PL nº 5.483. Em certa ocasião, enquanto eu discursava, destaquei folhas da Constituição para, simbolicamente, demonstrar que o projeto arrancava a alma e o coração dos direitos dos trabalhadores. Em seguida, provocado por palavras racistas, arremessei o exemplar da Carta na direção da Mesa, atingindo deputados da base governista.

Nilson Mourão, então deputado do PT do Acre, ponderou que não poderíamos enfrentar o debate “enquadrados numa ordem hipócrita e injusta”, afirmando que “o nosso partido é reconhecido como o partido das causas populares, que defende os pobres, os explorados, os esquecidos, os aposentados, os trabalhadores”. Em 2003, conseguimos arquivar o projeto no Senado.

Em 2004, surge nova tentativa de ferir a dignidade do trabalhador por meio da apresentação do PL nº 4.330, que trata da terceirização. Infelizmente a proposta foi aprovada no último 8 de abril pela Câmara dos Deputados. Em breve o projeto estará tramitando no Senado Federal. Não bastasse isso, temos à nossa frente o PL nº 951\11, que

cria o Simples Trabalhista e o PL nº 463\11, que prevê novo Código do Trabalho.

No ovo da serpente encontram-se, ainda, as MPs nº 664 e nº 665. Sobre elas, o Dieese emitiu a seguinte nota técnica: “Por mais que o governo alegue que não há retirada de direitos dos trabalhadores, as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros a esses benefícios, o que, na prática, significa privar parcela mais vulnerável da população de benefícios que lhes eram assegurados”.

Para mim o objetivo é claro: acabar com a CLT, criada em 1943, ou seja, sepultar a “Era Vargas” e os artigos da Constituição Cidadã de 1988 que tratam dos direitos sociais. Pois é aí, nessas duas “pedras sagradas”, que direitos, tais como Carteira de Trabalho, Previdência Social, seguro-desemprego, vale-transporte, férias, 13º salário, FGTS, salário mínimo adicionais, entre outros, se encontram assegurados.

Sempre que irrompe uma crise econômica, os governos do Brasil se utilizam da fórmula mais simples, mais desprovida de diálogo, ortodoxa, para não dizer a mais grosseira: fazer a corda arrebentar no lado mais fraco. Aqueles que ganham um, dois, três salários mínimos são os atingidos e passam a ser servidos à mesa das piranhas do mercado financeiro.

Vale registrar que, até mesmo os Estados Unidos, nos anos 1930, em plena crise,

implantaram uma série de medidas, entre elas a criação de enorme programa de ajuda para os desempregados e o aumento de impostos para os mais ricos, ou seja, o andar de cima foi chamado a contribuir.

Infelizmente, no contexto atual, vemos, também, que a representatividade da classe trabalhadora no Congresso Nacional perdeu força e foi reduzida em quase 50%. Somando-se a isso, temos um aumento do número de saqueadores da dignidade da nossa nação: corruptos e corruptores.

Creio que os movimentos sindical e social não estão se dando conta da gravidade da situação. A conjuntura requer forte capacidade de articulação e mobilização. Os brasileiros estão indo às ruas e às praças mostrando indignação, levantando cartazes, tocando tambores e gritando até a voz ficar rouca. É o único jeito de chamar a atenção dos poderosos em Brasília.

De minha parte, e daqueles que ainda são fiéis à história e às suas raízes, só há um caminho a seguir: o da resistência, fazendo o bom combate com as armas do diálogo e da negociação. Todo esse contexto me faz lembrar um filme muito antigo. O cenário se passa no século 19, quando a lei do mais forte prevalecia. Trata-se de faroeste sobre homens, mercenários, deslealdade e muros falsos — *Os abutres têm fome*.